

**PROVÍNCIA BRASILEIRA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS  
FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO**

**Demonstrações Contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020**



# PROVÍNCIA BRASILEIRA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO

Demonstrações Contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

## CONTEÚDO

- ✓ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis
- ✓ Balanços Patrimoniais
- ✓ Demonstrações de Resultado dos Exercícios
- ✓ Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
- ✓ Demonstrações dos Fluxos de Caixa
- ✓ Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

À Presidência da  
**PROVÍNCIA BRASILEIRA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FILHAS DA CARIDADE DE  
SÃO VICENTE DE PAULO**  
Curitiba/PR

### **Opinião**

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **PROVÍNCIA BRASILEIRA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a ITG 2002(R1) e pela NBC TG 1000.

### **Base para Opinião**

A auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos Independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor**

A Administração da Entidade é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis**

A Administração da **PROVÍNCIA BRASILEIRA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO** é responsável pela elaboração das Demonstrações Contábeis e pelos controles internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

## **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir o Relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a Auditoria realizada, de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.

Como parte da auditoria realizada e de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de Auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de Auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso Relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso Relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 21 de junho de 2022.

PSW BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES  
CRC-PR nº. 5.196/O-2  
CVM nº. 9458

EDER ALEXANDRE SOUZA  
Contador  
CRC-PR-056.265/O-7

PROVÍNCIA BRAS. CONGREGAÇÃO IRMÃS FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO  
 CNPJ 76.578.137/0001-90  
 Curitiba - PR  
**BALANÇO PATRIMONIAL (FINDOS EM 31/12/2021 E 31/12/2020)**  
 (Em Reais)

	Nota Explicativa	Educação Básica	Assistencia Social	Mantenedora	2021	2020
<b>ATIVO</b>						
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>49.802.953,43</b>	<b>995.942,58</b>	<b>8.149.028,78</b>	<b>58.947.924,79</b>	<b>56.206.708,19</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.	45.049.145,70	867.420,98	7.847.161,14	53.763.727,82	47.738.579,28
RECEBÍVEIS DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS		4.753.807,73	128.521,60	301.867,64	5.184.196,97	8.468.128,91
Mensalidades a Receber	8.	3.271.532,77	-	-	3.271.532,77	5.171.009,71
Impostos e contribuições a recuperar	9.	3.329,11	180,00	93,33	3.602,44	12.304,70
Adiantamentos	10.	1.430.098,57	102.499,69	151.914,95	1.684.513,21	1.479.808,73
Despesas Antecipadas	11.	48.847,28	10.213,99	93.460,49	152.521,76	200.244,91
Subvenções a Receber	12.	-	15.627,92	56.398,87	72.026,79	1.604.760,86
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>156.303.392,18</b>	<b>11.505.723,13</b>	<b>82.712.613,27</b>	<b>250.521.728,58</b>	<b>252.443.768,22</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		-	-	-	-	302.264,03
Outros valores a receber	13	-	-	-	-	302.264,03
INVESTIMENTOS		161.162,35	6.950,36	29.848.401,00	30.016.513,71	21.373.285,47
Imóveis para renda	14.	-	-	29.848.401,00	29.848.401,00	21.214.666,25
Investimentos de Longo Prazo		161.162,35	6.950,36	-	168.112,71	158.619,22
IMOBILIZADO	15.	156.142.229,83	11.498.772,77	52.864.212,27	220.505.214,87	230.768.218,72
Imóveis, Edificações, Instalações e Benfeitorias		161.100.126,28	9.311.000,00	53.677.541,99	224.088.668,27	233.508.668,27
Móveis e Utensílios		10.505.202,27	1.762.588,95	7.777.457,40	20.045.248,62	19.723.196,58
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos		5.888.024,68	630.184,99	5.564.598,82	12.082.808,49	11.496.016,40
Veículos		314.191,55	615.042,52	1.532.408,84	2.461.642,91	2.336.164,26
Outras imobilizações	15.1	-	-	-	-	29.382,81
Construções em andamento	15.2	1.673.253,22	1.924.528,69	-	3.597.781,91	3.597.781,91
(-) Depreciações Acumuladas		(23.338.568,17)	(2.744.572,38)	(15.687.794,78)	(41.770.935,33)	(39.922.991,51)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>206.106.345,61</b>	<b>12.501.665,71</b>	<b>90.861.642,05</b>	<b>309.469.653,37</b>	<b>308.650.476,41</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**Dirce Edi Kottwitz**

Presidente

CPF 926.334.129-04

**Anabel Batim Macan**

Contadora CRCPR 44566/O-8

CPF 022.044.969-44



PROVÍNCIA BRAS. CONGREGAÇÃO IRMÃS FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO  
 CNPJ 76.578.137/0001-90  
 Curitiba - PR  
**BALANÇO PATRIMONIAL (FINDOS EM 31/12/2021 E 31/12/2020)**  
 (Em Reais)

PASSIVO	Nota Explicativa				2021	2020
		Educação Básica	Assistência Social	Mantenedora		
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<u>7.215.253,82</u>	<u>470.390,74</u>	<u>328.836,14</u>	<u>8.014.480,70</u>	<u>5.627.859,21</u>
Fornecedores		492.369,58	12.462,13	8.980,18	513.811,89	449.535,71
Obrigações trabalhistas	16.	2.092.304,77	120.086,61	129.441,89	2.341.833,27	1.810.118,48
Impostos, Taxas e Contribuições Diversas	17.	8.713,39	199,74	7.064,25	15.977,38	11.768,89
Provisão para Férias e Encargos	18.	1.980.385,13	284.170,47	131.418,11	2.395.973,71	883.404,40
Antecipações	19.	5.045,17	-	18.751,74	23.796,91	27.506,94
Receitas Antecipadas	20.	720.444,56	-	-	720.444,56	146.751,02
Convênios a Realizar	21.	811.212,60	50.953,37	-	862.165,97	1.407.584,36
Outras obrigações	22.	1.104.778,62	2.518,42	33.179,97	1.140.477,01	891.189,41
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>308.471,16</u>	<u>308.471,16</u>	<u>-</u>
Provisão para Contingências Judiciais	23.	-	-	308.471,16	308.471,16	816.929,96
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>240.972.330,51</u>	<u>9.676.901,98</u>	<u>50.497.469,02</u>	<u>301.146.701,51</u>	<u>302.205.687,24</u>
Patrimônio social	24.	<u>240.972.330,51</u>	<u>9.676.901,98</u>	<u>50.497.469,02</u>	<u>301.146.701,51</u>	<u>302.205.687,24</u>
Patrimônio Próprio		237.739.475,39	10.096.678,07	54.338.422,64	302.174.576,10	297.470.576,67
Superavit do período		3.232.855,12	(419.776,09)	(3.840.953,62)	(1.027.874,59)	4.735.110,57
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><b>248.187.584,33</b></u>	<u><b>10.147.292,72</b></u>	<u><b>51.134.776,32</b></u>	<u><b>309.469.653,37</b></u>	<u><b>307.833.546,45</b></u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

\_\_\_\_\_  
 Dirce Edí Kottwitz  
 Presidente  
 CPF 926.334.129-04

\_\_\_\_\_  
 Anabel Batim Macan  
 Contadora CRCPR 44566/O-8  
 CPF 022.044.969-44



PROVÍNCIA BRAS. CONGREGAÇÃO IRMÃS FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO  
CNPJ 76.578.137/0001-90  
Curitiba - PR

DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO PERÍODO (FINDOS EM 31/12/2021 E 31/12/2020)  
(Em Reais)

Nota Explicativa	Exercício de 2021 por Área de Atuação			2021	2020
	Educação Básica	Assistencia Social	Mantenedora		
RECEITA COM VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	71.414.131,07	6.087.403,63	-	77.501.534,70	82.494.777,55
Atividades Educacionais	25	71.414.131,07	-	71.414.131,07	76.979.847,58
Anuidades e mensalidades Escolares	25.1	63.728.727,47	-	63.728.727,47	69.702.453,32
Convênios e subvenções governamentais	25.2	2.519.367,79	-	2.519.367,79	2.186.142,70
Outras receitas com serviços educacionais	25.3	2.828.242,78	-	2.828.242,78	3.225.070,24
Doações e contribuições de terceiros	25.4	1.752.794,63	-	-	-
Receitas Eventuais	25.5	584.998,40	-	584.998,40	1.866.181,32
Atividades Assistenciais	26	-	6.087.403,63	6.087.403,63	5.514.929,97
Convênios e subvenções governamentais	26.1	-	1.888.574,61	1.888.574,61	1.671.593,17
Contribuições dos Idosos Abrigados	26.2	-	1.839.666,78	-	-
Doações e contribuições de terceiros	26.3	-	2.241.668,03	2.241.668,03	3.766.972,95
Outras receitas com Assistência Social	26.4	-	117.494,21	117.494,21	76.363,85
Atividades Mantenedora	27	-	-	1.482.162,77	2.422.464,61
Receitas de Prestação de Serviços	27.1	-	-	173.060,00	1.255.690,38
Receitas Eventuais	27.2	-	-	134.546,56	-
Doações e contribuições de terceiros	27.3	-	-	1.174.556,21	1.166.774,23
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(18.434.177,31)	(1.599,90)	-	(18.435.777,21)	(24.811.149,66)
Descontos, Cancelamentos, Devoluções e Outras Bolsas	(6.703.477,78)	(1.599,90)	-	(6.705.077,68)	(11.014.386,83)
Bolsas de Estudos Parciais e Integrais Lei 12.101/09	29	(11.730.699,53)	-	(11.730.699,53)	(13.333.571,86)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	52.979.953,76	6.085.803,73	1.482.162,77	60.547.920,26	60.106.092,50
CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS	(53.958.182,59)	(6.552.276,51)	(6.172.268,01)	(66.682.727,11)	(58.939.356,73)
Custos com Serviços em Atividades Educacionais	(53.958.182,59)	-	-	(53.958.182,59)	(48.037.153,32)
Pessoal e encargos	(35.435.724,56)	-	-	(35.435.724,56)	(35.165.260,73)
Gastos gerais e materiais de uso e consumo	(16.820.640,79)	-	-	(16.820.640,79)	(11.143.746,20)
Depreciações e amortizações	(1.701.817,24)	-	-	(1.701.817,24)	(1.728.146,39)
Custos com Serviços em Atividades Assistenciais	-	(6.552.276,51)	-	(6.552.276,51)	(4.917.400,81)
Pessoal e encargos	-	(3.405.991,52)	-	(3.405.991,52)	(3.172.163,37)
Gastos gerais e materiais de uso e consumo	-	(2.949.377,27)	-	(2.949.377,27)	(1.582.118,64)
Depreciações e amortizações	-	(196.907,72)	-	(196.907,72)	(163.118,80)
Custos com Atividades Mantenedora	-	-	(6.172.268,01)	(6.172.268,01)	(5.984.802,60)
Pessoal e encargos	-	-	(2.703.831,09)	(2.703.831,09)	(2.335.207,38)
Gastos gerais e materiais de uso e consumo	-	-	(3.050.431,46)	(3.050.431,46)	(3.356.080,02)
Depreciações e amortizações	-	-	(418.005,46)	(418.005,46)	(293.515,20)
SUPERAVIT OPERACIONAL BRUTO	(978.228,83)	(466.472,78)	(4.690.105,24)	(6.134.806,85)	1.166.735,77
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	1.275.750,04	11.645,65	706.444,16	1.993.839,85	1.841.588,04
Outras Receitas Operacionais	1.275.750,04	11.645,65	706.444,16	1.993.839,85	1.841.588,04
SUPERAVIT DO PERÍODO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS	297.521,21	(454.827,13)	(3.983.661,08)	(4.140.967,00)	3.008.323,81
Despesas e Receitas Financeiras	2.935.333,91	35.051,04	142.707,46	3.113.092,41	1.726.786,76
Despesas Financeiras	(222.367,62)	(13.453,41)	(220.407,64)	(456.228,67)	(608.702,47)
Receitas Financeiras	3.157.701,53	48.504,45	363.115,10	3.569.321,08	2.335.489,23
SUPERAVIT/(DÉFICIT) DO PERÍODO	3.232.855,12	(419.776,09)	(3.840.953,62)	(1.027.874,59)	4.735.110,57

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Dirce Edi Kottwitz  
Presidente  
CPF 926.334.129-04

Anabel Batim Macan  
Contadora CRCPR 44566/O-8  
CPF 022.044.969-44





PROVÍNCIA BRAS. CONGREGAÇÃO IRMÃS FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO  
CNPJ 76.578.137/0001-90  
Curitiba - PR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
(FINDOS EM 31/12/2021 E 31/12/2020)  
(Em Reais)

CONTA	PATRIMÔNIO SOCIAL		Patrimônio Líquido
	Superávits e Déficits Acumulados	Superávit ou Déficit do Período	
DESCRIÇÃO			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	293.179.886,91	4.290.689,76	297.470.576,67
Transferência para Patrimônio Social	4.290.689,76	(4.290.689,76)	-
Superávit do Período	-	4.735.110,57	4.735.110,57
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	297.470.576,67	4.735.110,57	302.205.687,24
Transferência para Patrimônio Social	4.735.110,57	(4.735.110,57)	-
Ajustes Periodos Anteriores	(31.111,14)	-	(31.111,14)
Déficit do Período		(1.027.874,59)	(1.027.874,59)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	302.174.576,10	(1.027.874,59)	301.146.701,51

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Dirce Edi Kottwitz  
Presidente  
CPF 926.334.129-04

Anabel Batim Macan  
Contadora CRCPR 44566/O-8  
CPF 022.044.969-44

PROVÍNCIA BRAS. CONGREGAÇÃO IRMÃS FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ 76.578.137/0001-90

Curitiba - PR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (FINDOS EM 31/12/2021 E 31/12/2020)

( Em Reais )

	2.021	2.020
<b>1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>6.757.207,29</b>	<b>4.018.718,27</b>
Resultado Líquido Ajustado	1.604.606,15	5.747.015,41
Superávit / (Déficit) do período	(1.027.874,59)	4.735.110,57
Ajustes		
Depreciações e amortizações	2.316.730,42	1.487.721,85
Baixas e ajustes do ativo imobilizado	346.861,46	(475.817,01)
Ajuste de Exercício Anterior	(31.111,14)	-
Acréscimos / Decréscimos do Ativo Circulante	3.274.438,45	(2.676.186,54)
Contas a receber de clientes	1.899.476,94	(2.494.135,55)
Impostos e contribuições a recuperar	8.702,26	(5.716,05)
Adiantamentos	(204.704,48)	289.015,52
Despesas Antecipadas	47.723,15	(3.379,54)
Subvenções a Receber	1.532.734,07	(411.244,26)
Outras contas a receber	(9.493,49)	(50.726,66)
Acréscimos / Decréscimos do Passivo Circulante	1.878.162,69	947.889,40
Fornecedores	64.276,18	198.469,55
Obrigações Trabalhistas	531.714,79	77.541,28
Impostos, taxas e contribuições diversas	4.208,49	(37.816,96)
Provisão para férias e encargos	1.512.569,31	(297.801,44)
Antecipações	(3.710,03)	(197.111,03)
Convênios a Realizar	(545.418,39)	652.647,10
Outras Obrigações	249.287,60	-
Receitas Antecipadas	573.693,54	-
Provisão para contingências judiciais	(508.458,80)	551.960,90
<b>2 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(732.058,75)</b>	<b>-</b>
Varição por Aquisições e Alienações do imobilizado	(1.034.322,78)	-
Valores a Receber	302.264,03	-
<b>2 - VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO PERÍODO</b>	<b>6.025.148,54</b>	<b>4.018.718,27</b>
<b>3 - RESUMO</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	47.738.579,28	43.719.861,01
Varição do caixa e equivalentes de caixa no período	6.025.148,54	4.018.718,27
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	53.763.727,82	47.738.579,28

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Dirce Edi Kottwitz  
Presidente  
CPF 926.334.129-04

Anabel Batim Macan  
Contadora CRCPR 44566/O-8  
CPF 022.044.969-44

**PROVÍNCIA BRASILEIRA DA CONGREGAÇÃO IRMÃS FILHAS DA CARIDADE  
DE SÃO VICENTE DE PAULO**

CNPJ: 76.578.137/0001-90

Curitiba - PR

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em Reais)

**1. Contexto Operacional**

A Província Brasileira da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade – Província Curitiba, com Sede na Avenida Manoel Ribas, 02, CEP 80.510-020, Curitiba/PR e foro nesta mesma Cidade, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 76.578.137/0001-90, com Estatuto Registrado e Microfilmado sob o nº 1.151.085, em 25 de setembro de 2018, do Livro “A” do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas – 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba/PR. Sua atuação se dá nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Fundada em 17 de outubro de 1904 é uma associação civil religiosa, de direito privado, de caráter filantrópico, de fins não econômicos, que tem por finalidade a promoção e o desenvolvimento integral da pessoa, respeito à cultura, valores sociais, éticos e religiosos, no apoio especial às pessoas vulnerabilizadas, através de ações nas áreas de Educação e Assistência Social, cuja atividade preponderante é a Educação. A Entidade foi declarada de utilidade pública estadual, através do Decreto 5.648, de 03 de outubro de 1967.

Para o cumprimento de seus objetivos sociais, a Província Brasileira da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo mantém as seguintes unidades, com CNPJ constituído:

**Unidades de Ensino – Educação Básica:**

<b>UNIDADE</b>	<b>LOCALIDADE</b>
Centro Vicentino de Educação Infantil São Vicente de Paulo	Curitiba-PR
Centro Vicentino de Educação Infantil Santa Luiza	Curitiba-PR
Centro Educacional Infantil Vicentino Nossa Senhora da Conceição	Foz do Iguaçu-PR
Colégio Vicentino Santa Cecília	Porto Alegre-RS
Escola Vicentina Medalha Milagrosa	Ponta Grossa-PR
Escola Vicentina Santa Helena	Reserva-PR
Escola Vicentina Nossa Senhora de Fátima	Cruzeiro do Oeste-PR
Escola Vicentina Nossa Senhora Aparecida	Paraíso do Norte-PR

Escola Vicentina São Vicente de Paulo	Paranavaí-PR
Colégio Vicentino Imaculado Coração de Maria	Toledo-PR
Escola Vicentina Imaculada Conceição	Jacarezinho-PR
Escola Vicentina Nossa Senhora das Graças	Irati-PR
Colégio Vicentino Nossa Senhora das Graças	Pato Branco-PR
Escola Vicentina Santa Ana	Laranjeiras do Sul-PR
Colégio Vicentino Santa Cruz	Campo Mourão-PR
Escola Vicentina Sagrado Coração de Jesus	Araucária-PR
Escola Vicentina Santa Luiza	Porecatu-PR
Colégio Vicentino São José	Curitiba-PR
Colégio Vicentino São José	Foz do Iguaçu-PR
Escola Vicentina Nossa Senhora das Mercês	Curitiba-PR

#### Unidades de Assistência Social:

Em consonância com os §1º e §2º do Art. 35 do Estatuto do Idoso, as unidades de Assistência Social atendem ao público de forma totalmente gratuita, não solicitando algum tipo de contraprestação pelos serviços prestados.

UNIDADE	TIPO	LOCALIDADE
Recanto São Vicente de Paulo	Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI	Carazinho-RS
Casa de Acolhida São José	Defesa e Garantia de Direitos	Curitiba-PR
Lar São Vicente de Paulo	Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI	Rio Pardo-RS
Ação São Vicente de Paulo	Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Toledo-PR

## 2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial:

- a) ITG 2002(R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros;
- b) NBC TG 01 – Redução Valor Recuperável de Ativos;
- c) NBC TG 26(R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- d) Resolução nº 1.374/11 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária;

- e) NBC TG 25(R2) – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes;
- f) NBC TG 47 – Receitas de Contratos com Clientes;
- g) NBC TG 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07;
- h) NBC TG 03(R3) – Demonstração de Fluxos de Caixa;
- i) NBC TG 27(R4) – Imobilizado;
- j) Código Tributário Nacional (em especial artigo 14º);
- k) Código Civil (em especial artigos nº 44º a 61º);
- l) Lei nº 12.101/09 e Lei Complementar nº 187/21;
- m) Atos homologados pelos órgãos reguladores,
- n) Práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis.

Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, unidades de moeda brasileira, e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas, emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB).

### 3. Principais Políticas Contábeis Adotadas

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das Demonstrações Contábeis ressaltamos:

#### a) Receitas, Custos e Despesas

As receitas, custos e despesas da Entidade se encontram registradas a valores originais e de acordo com o princípio da competência.

#### b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão reconhecidas pelo valor nominal aplicado, acrescido dos rendimentos calculados até a data do balanço.

#### c) Provisão Para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa

Foram calculadas para fazer frente às perdas do Contas a Receber considerados incobráveis ou de difícil realização dos últimos 5 anos (01/2016 a 12/2020).

#### d) Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária, calculada até 31 de dezembro de 1995, mais valor justo nos termos da NBC TG 27 (R4), para imóveis e ajustados por depreciações e amortizações acumuladas calculadas de acordo com a revisão da vida útil e valor residual dos bens, e o restante do imobilizado segue as taxas estabelecidas de acordo com a legislação tributária.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, buscando atender as normas da IFRS – *International Financial Reporting Standards*, emitiu o NBC TG 27(R4) com o objetivo de estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações.

Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são: o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidos em relação a estes.

A entidade, visando atender os pronunciamentos relativos ao assunto, adotou o valor justo como custo contábil atribuído do ativo imobilizado de seus bens imóveis que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ao seu valor justo. Esse procedimento foi incentivado pelo CPC, através do ICPC 10 e NBC TG 1000, sendo o entendimento da entidade que assim melhor representa a adoção das práticas contábeis.

**e) Outros ativos**

Os demais ativos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

**f) Adiantamento de Clientes**

Corresponde, basicamente, aos valores nominais de anuidades educacionais, relativas ao exercício seguinte, recebidas antecipadamente.

**g) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**h) Provisão para férias e encargos**

Foram calculados, com base no regime de competência, observando as férias transcorridas e ainda não gozadas, num montante julgado suficiente para cobertura das obrigações com seus funcionários, apropriadas até a data de encerramento do balanço.

Foram calculadas partindo do número de dias de férias, convertidos para valor em moeda pelo salário atual de cada funcionário, acrescido dos encargos mais um terço constitucional, conforme legislação trabalhista em vigor.

**i) Provisões para contingências**

Referem-se a ações cíveis e trabalhistas ajuizadas, cujo risco de perdas foi classificado como provável pelos assessores jurídicos. De acordo com a NBC TG 25(R2), as ações cujo risco de perdas foi classificado como possível não são registradas.

#### **j) Outros passivos**

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, ajustados ao valor presente e acrescidos dos correspondentes encargos financeiros e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

#### **k) Demonstrações dos fluxos de caixa**

A Entidade apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método direto, segundo o qual o superávit ou o déficit é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos, ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

#### **4. Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007, Deliberação da CVM nº 527, Resolução do CFC nº 1.292/2010 que aprovou a NBC TG 01(R4). Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

#### **5. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados**

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas correntes bancárias, pelo saldo de aplicações financeiras, contas a receber, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de anuidades escolares e outros créditos.
- b) Risco operacional: representa o risco de déficits diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras.

O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de déficits que inviabilizem a continuidade de suas operações.

## 6. Reestruturação do Plano de Contas

Em 2021 o plano de contas foi alterado para uma melhor adequação da estrutura contábil. Desta forma a comparabilidade, em alguns casos, poderá ficar prejudicada. Reclassificações nas demonstrações de 2020 também foram realizadas, não alterando, ao final, nenhum dos resultados apresentados.

## 7. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo compostos por títulos de renda fixa e possuem liquidez imediata.

Descrição	2021
Caixa	560.322,77
Bancos c/Movimento c/Restrição	122.324,42
Bancos c/Movimento s/Restrição	990.938,61
Aplicações financeiras de liquidez imediata c/Restrição	1.489.673,63
Aplicações financeiras de liquidez imediata s/Restrição	50.600.468,39
<b>Totais</b>	<b>53.763.727,82</b>

## 8. Mensalidades a Receber

Referem-se a valores referentes a mensalidades escolares a receber dos responsáveis financeiros pelos alunos matriculados, contratadas na forma de anuidade, porém a essência do processo é receber ao longo do exercício, em parcelas mensais.

Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso.

Em 2021, as contas "Alunos – Até 1 ano" e "Alunos – Após 1 ano" deixaram de ser utilizadas, sendo implantada a conta "Mensalidades Escolares a Receber". Os saldos das contas substituídas estão sendo baixados de acordo com os seus recebimentos. As novas provisões a receber já foram lançadas na conta nova.



Também foi incorporado ao plano de contas o título "Cartão de Crédito" que se refere a todos os recebimentos realizados em cartão de crédito, baixados no sistema de contas a receber, mas ainda não repassados pela operadora de cartão. Ao serem recebidos, estes valores entram na conta do banco onde o depósito ocorreu.

A PCLD em 2021 foi constituída com base na totalidade das parcelas a receber constantes no sistema de Contas a Receber de 01/2016 a 12/2020, ou seja, os últimos 5 anos, excluindo-se o ano de 2021.

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>
Alunos – Após 1 Ano	945.315,23
Mensalidades Escolares a Receber	7.076.549,08
Cartão de Crédito	40.416,77
Cheques em Cobrança	10.462,00
( - ) PCLD	(5.085.062,31)
<b>Totais</b>	<b>3.271.532,77</b>

#### **9. Impostos e contribuições a recuperar**

Referem-se a valores de impostos e contribuições pagos a maior, ou pagos em duplicidade, passíveis de compensação ou restituição, conforme o caso.

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>
INSS a Restituir	3.509,11
Impostos Municipais a Restituir	93,33
<b>Totais</b>	<b>3.602,44</b>

#### **10. Adiantamentos**

O grupo é composto por adiantamentos a funcionários e fornecedores:



<b>Descrição</b>	<b>2021</b>
Adiantamento de Salários	1.415,59
Adiantamento de 13º Salário	3.027,80
Adiantamento de Férias	1.478.975,72
Empréstimos a Colaboradores	63.424,25
Adiantamento a Fornecedores	137.669,85
<b>Totais</b>	<b>1.684.513,21</b>

#### **11. Despesas Antecipadas**

Refere-se exclusivamente a Prêmios de Seguros a Apropriar.

#### **12. Subvenções a Receber**

São aquelas subvenções cujos termos já foram assinados, e que ainda deverão ser recebidas

#### **13. Outros Valores a Receber (Ativo Não Circulante)**

A Entidade possuía um saldo a receber do Hospital Nossa Senhora das Graças referente à incorporação das unidades hospitalares da Província, em acordo com Instrumento Particular de Termo de Compromisso firmado em 1º de setembro de 2012 e posteriores aditivos.

No ano de 2021 este compromisso foi quitado e não há mais valores a receber referentes a esta operação.

#### **14. Investimentos - Imóveis para Renda**

No ano de 2021, foi agregado a este grupo o imóvel de Cruzeiro do Oeste, que está alugando, gerando renda para a Província.

#### **15. Imobilizado**

Os imóveis estão representados pelo seu Valor Justo e os demais itens pelos valores originais; e estão depreciados de acordo com as taxas apresentadas no quadro abaixo.



<b>Conta</b>	<b>Taxa de Depreciação</b>	<b>2021</b>
Terrenos	-	145.723.966,00
Edificações	1,82% a 5%	78.364.702,27
Máquinas, Ap. e Eq. de Informática	10%	12.082.808,49
Móveis e Utensílios	10%	19.982.169,62
Veículos	20%	2.461.642,91
Construções em Andamento	-	3.597.781,91
(-) Depreciações Acumuladas	-	(41.767.351,12)
Móveis e Utensílios c/Restrição	10%	63.079,00
(-) Depreciações Acumuladas c/Restrição		(3.584,21)
<b>Totais</b>		<b>220.505.214,87</b>

O Imobilizado com Restrição refere-se a Móveis e Utensílios comprados com recursos da Prefeitura Municipal de Toledo - PR.

#### **15.1 Outras Imobilizações**

O saldo de "Outras Imobilizações" em 2020 referia-se a bens em comodato, e foram reclassificados em 2021 para o Ativo Compensado.

#### **15.2 Construções em Andamento**

Esta conta contempla as ampliações do Colégio São José de Foz do Iguaçu-PR e do Recanto São Vicente de Paulo em Carazinho-RS.

#### **16. Obrigações Trabalhistas**

Estão representados pelos valores originais, conforme demonstrado no quadro seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>
Salários a Pagar	1.514.995,97
INSS a Recolher - Empregados	264.928,85
FGTS a Recolher	305.226,38
I.R.R.F. a Recolher	244.623,58
Rescisões Contratuais a Pagar	4.647,98
Pensão Alimentícia	2.682,05
I.R.R.F. Autônomos a Recolher	27,39
Imposto Sindical a Recolher	1.930,96
Mensalidade Sindical a Recolher	1.101,93
Empréstimo Consignado	1.668,18
<b>Totais</b>	<b>2.341.833,27</b>

#### **17. Impostos, Taxas e Contribuições Diversas**

São os impostos e contribuições retidos de colaboradores e terceiros, para repasse ao órgão competente.

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>
IRRF a Recolher – PJ	1.700,20
ISS a Recolher	646,90
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	6.700,71
INSS a Recolher - Autônomos e S/S	6.929,57
<b>Totais</b>	<b>15.977,38</b>

#### **18. Provisão para Férias e Encargos**

No ano de 2021 a folha de pagamento passou a ser processada em novo sistema. Por conta disso, os cálculos de provisões foram revistos, resultando nos valores provisionados abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>
Provisão p/Férias	2.221.223,33
Provisão FGTS s/ Férias	174.750,38
<b>Totais</b>	<b>2.395.973,71</b>

### 19. Antecipações

Refere-se à valores que já foram pagos, mas ainda não foram baixados, como Cheques a Compensar. Adiantamento Santa Maria – RS refere-se a um veículo recebido em comodato no ano de 2011, que será devolvido a Associação Santamariense de Auxílio aos Necessitados – ASAN em 2022. Os valores deste grupo estão demonstrados pelo valor original:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>
Cheques a Compensar	5.045,17
Adiantamento Santa Maria - RS.	18.751,74
<b>Total</b>	<b>23.796,91</b>

### 20. Receitas Antecipadas

Referem-se aos valores adiantados de mensalidades escolares referentes aos exercícios seguintes.

### 21. Convênios a Realizar

Refere-se aos recursos recebidos do Poder Público mediante assinatura de Termo de Fomento ou Termo de Colaboração. São os valores disponíveis para utilização no próximo ano.

### 22. Outras obrigações

Referem-se a outros valores não classificados em grupos anteriores.



<b>Descrição</b>	<b>2021</b>
Aluguel e Comodato a Pagar	1.040.000,00
Seguros a Pagar	66.771,75
Empréstimos e Financiamentos Bancários	11,18
Cartão de Crédito a Pagar	33.694,08
<b>Totais</b>	<b>1.140.477,01</b>

### 23. Provisão para Contingências Judiciais

A Entidade adota a prática de registrar provisões para contingências mediante a análise de sua assessoria jurídica quanto ao risco de êxito das ações.

Toda Contingência Passiva é registrada na Mantenedora, pois é onde está concentrada a atividade e controle jurídico.

De acordo com o NBC TG 25(R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e com base no relatório técnico jurídico, as seguintes Provisões foram constituídas:

#### 23.1. Risco Provável

São aquelas ações que, de acordo com a assessoria jurídica, provavelmente irão requerer uma saída de recursos, no decorrer ou no final de seu julgamento.

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>Reversão</b>	<b>Constituição</b>	<b>Total da Contingência 2021</b>
Cível	740.778,63	(472.307,47)	0,00	268.471,16
Trabalhista	76.151,33	(36.151,33)	0,00	40.000,00
<b>Total</b>	<b>816.929,96</b>	<b>(508.458,80)</b>	<b>0,00</b>	<b>308.471,16</b>

#### 23.2. Risco Possível

São as ações que poderão requerer, mas provavelmente não irão gerar desembolso de recursos.

<b>Descrição</b>	<b>Total da Contingência 2021</b>
Cível	437.380,36
Trabalhista	327.182,11
<b>Total</b>	<b>764.562,47</b>

#### **24. Patrimônio Social**

É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos períodos, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

A associação não distribui resultados, dividendos, bonificações ou parcelas de seu patrimônio sob nenhum pretexto, bem como não remunera nem concede vantagens por qualquer forma a seus diretores, associados, conselheiros, instituidores, beneméritos, benfeitores e equivalentes. Os resultados operacionais são aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, cumprindo todos os termos do artigo 14 do Código Tributário Nacional – CTN.

#### **25. Receitas Educacionais**

##### **25.1 Anuidades e Mensalidades Escolares**

O título “Alunos Bolsistas” refere-se aos alunos dos CEI’s, que frequentam as aulas em período integral, de forma totalmente gratuita. “Alunos Anuidade Total” refere-se ao restante dos alunos, que cursam a educação particular.

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>
Alunos Anuidade Total	61.082.782,03
Alunos Bolsistas	2.645.945,44
<b>Totais</b>	<b>63.728.727,47</b>

## 25.2 Convênios e Subvenções Governamentais

Descrição	2021
Convenio Prefeitura Municipal de Curitiba	1.285.799,28
Convenio Prefeitura Municipal de Londrina	577.599,33
Convenio Prefeitura Municipal de Foz Iguaçu	406.562,17
Itaipu Binacional	15.996,00
Justiça Federal	97.650,79
Governo do Estado do Paraná	135.760,22
<b>Totais</b>	<b>2.519.367,79</b>

## 25.3 Outras Receitas com Serviços Educacionais

Descrição	2021
Receitas Materiais Didáticos	2.583.377,54
Cursos Livres	54.408,82
Taxas de Expediente	10.670,07
Refeições e Cantina	179.786,35
<b>Totais</b>	<b>2.828.242,78</b>

## 25.4 Doações e Contribuições de Terceiros

Descrição	2021
Doações de Pessoas Jurídicas	54.432,00
Doações de Pessoas Físicas	50.065,07
Voluntários	1.339.945,38
Doações de Alimentos e Outros	308.352,18
<b>Totais</b>	<b>1.752.794,63</b>



## 25.5 Receitas Eventuais

Descrição	2021
Recuperação de Despesas	60.874,85
Bazares e Campanhas	254.794,07
Incentivos e Patrocínios	206.239,50
Outras Receitas	63.089,98
<b>Totais</b>	<b>584.998,40</b>

## 26. Receitas de Assistência Social

### 26.1 Convênios e Subvenções Governamentais

Descrição	2021
Prefeitura Municipal de Rio Pardo	15.900,99
Prefeitura Municipal de Carazinho	831.992,96
Prefeitura Municipal de Toledo	355.957,18
Secretaria Nacional Direitos Humanos	241.744,19
Governo do Estado do Paraná	295.802,81
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	3.393,86
Projeto Feliz Idade	53.782,62
Projeto População de Rua	90.000,00
<b>Totais</b>	<b>1.888.574,61</b>

## 26.2 Contribuições dos Idosos Abrigados

Descrição	2021
Contribuições Idosos Abrigados 70% Lei 10.741/2003	1.041.522,76
Contribuições Idosos Abrigados Particular	798.144,02
<b>Totais</b>	<b>1.839.666,78</b>

## 26.3 Doações e Contribuições de Terceiros

Descrição	2021
Doações de Pessoas Físicas	1.506.578,14
Doações de Pessoas Físicas – Projeto CEMMIC	11.866,42
Doações de Entidades Públicas	237.948,54
Doações de Pessoas Jurídicas	287.896,91
Voluntários	121.792,35
Doações de Alimentos e Outros	75.585,67
<b>Totais</b>	<b>2.241.668,03</b>

## 26.4 Outras Receitas com Assistência Social

Descrição	2021
Recuperação de Despesas	8.355,01
Campanhas e Eventos	109.139,20
<b>Totais</b>	<b>117.494,21</b>

## 27. Receitas da Mantenedora

### 27.1 Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2021
Alojamentos	173.060,00
Totais	173.060,00

### 27.2 Receitas Eventuais

Descrição	2021
Recuperação De Despesas	53.846,83
Indenização Proc. Judiciais	53.644,13
Indenização Sinistros	27.055,60
Totais	134.546,56

### 27.3 Doações e Contribuições de Terceiros

Descrição	2021
Doações Particulares e Campanha	41.987,97
Doações do Exterior	79.761,73
Doações de Pessoas Físicas	339.171,47
Doações de Alimentos e Outros	825,00
Voluntários	712.810,04
Totais	1.174.556,21

## **28. Trabalho Voluntário**

Em atendimento a ITG 2002(R1) do Conselho Federal de Contabilidade, destinada as entidades sem finalidade de lucro, foi contabilizado um valor total de R\$ 2.174.547,77 na Receita e no Custo, resultando em efeito zero, portanto.

## **29. Aplicação em Gratuidades**

### **29.1 Área da Educação**

A instituição com atuação preponderante na área da Educação, nos níveis de Ensino da Educação Básica, possuiu Processo Seletivo de Concessão de Bolsa de Estudo CEBAS, divulgado publicamente, a fim de conceder bolsas de estudos, integral (100%) ou parcial (50%), para o ano letivo de 2021, em atendimento a Lei n.º 12.101/2009, alterada pela Lei n.º 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto 8.242/2014, e de acordo com a Portaria de nº 15/2017 do Ministério da Educação.

Para o ano de 2021, ainda não foi considerada a Lei Complementar 187 (16/12/2021), uma vez que esta foi regulamentada no final do ano.

As bolsas de estudos concedidas referem-se a anuidades escolares do período letivo de 2021 (mensalidade de janeiro a dezembro).

As bolsas de estudos são benefício de assistência educacional, concedido ao aluno mediante avaliação do perfil socioeconômico e demais critérios definidos pelo Ministério da Educação, na forma de isenção integral (100%) e parcial (50%), considerando os critérios legais na forma da Lei n.º 12.868/2013, Lei n.º 12.101/2009 e Portaria de nº 15/2017 do Ministério da Educação.

Conforme a legislação vigente, a bolsa de estudos de 100% (integral) será concedida ao aluno, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário mínimo vigente. E a bolsa de estudos de 50% (parcial) será concedida ao estudante, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos vigentes.

As bolsas de estudos são concedidas aos alunos selecionados pelo parecer técnico da Assistente Social e analisado pela Comissão Avaliadora de Bolsa de Estudos.



### 29.1.1 Demonstração da Quantidade de Bolsas Concedidas em 2021

Total de alunos matriculados	6.519	Valor
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	580	5.083.172,98
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	300	2.645.945,44
<b>Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)</b>	<b>880</b>	<b>7.729.118,42</b>
<b>Alunos Pagantes</b>	<b>6.455</b>	
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	768	4.001.581,11
<b>Número total de bolsas integrais equivalentes</b>	<b>1.384</b>	<b>11.730.699,53</b>
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo	Art. 13	-
Quantidade mínima de bolsas 1/5	Atendido	-
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atendido	-

Quadro resumido de cálculo da gratuidade extraído do site do MEC  
[www.cebas.mec.gov.br](http://www.cebas.mec.gov.br)

### 29.2 Área da Assistência Social

#### 29.2.1 Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade

A Associação mantém duas unidades para atendimentos a idosos, sendo uma delas denominada **Recanto São Vicente de Paulo**, localizada na cidade de Carazinho e outra denominada **Lar São Vicente de Paulo**, localizada na cidade de Rio Pardo, ambas no Estado do Rio Grande do Sul. As duas unidades estão devidamente inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social dos respectivos municípios.

Conforme a Política Nacional da Assistência Social e a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais, descritos na Resolução nº 109/2009, do Conselho Nacional de Assistência Social, estas unidades prestam atendimento na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, desenvolvendo Serviços de Acolhimento Institucional para idosos e/ou pessoas com deficiência. Além do acolhimento institucional, as unidades oportunizam atividades de lazer e recreação, exercícios físicos e assistência médica, ambulatorial e odontológica, respeitando as determinações referentes ao atendimento de idosos constantes no Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10.741/2003.

Para a manutenção das unidades houve a participação dos usuários, sendo firmado contrato com o idoso ou responsável, limitado a 70% dos valores líquidos de seus benefícios, conforme previsto no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), no artigo 35, §2 da e o artigo 3º, inciso II da Resolução nº 33 de 24 de maio de 2017 do Ministério dos Direitos Humanos.

Valor total dos custos dos Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade: R\$ 3.545.781,21.

As duas Instituições de Longa Permanência para Idosos atenderam juntas no ano de 2021 o número de 122 idosos.



### 29.2.2 Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos

A Associação mantém duas unidades para atendimento de crianças e adolescentes: **Ação Social São Vicente de Paulo**, localizada na cidade de Toledo, e o **Projeto CEMMIC – Centro de Menores Integrados na Comunidade**, localizado na cidade de Laranjeiras do Sul, ambas no estado do Paraná.

Trata-se de um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Sócio-Assistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Foi reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº 01/2013.

O CEMMIC possui inscrição no CMAS nº 004 de Laranjeiras do Sul e no CMDCA nº 003. A Ação Social São Vicente de Paulo está inscrita no CMAS sob nº 004 de Toledo.

Os serviços são ofertados de forma complementar ao trabalho social com famílias que são realizados por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Os Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos ofertados pela instituição possuem um caráter preventivo e proativo, direcionado para crianças e adolescentes, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

Os projetos de SCFV da instituição têm por objetivo garantir o direito da criança e do adolescente, do direito à convivência familiar e à proteção da família, com vistas ao enfrentamento de situações de isolamento social, enfraquecimento ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, situações discriminatórias, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários atendidos.

Números de atendimentos: 481 participantes em 2021.

Valor total dos custos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: R\$ 2.597.868,17.

### 29.2.3 Defesa e Garantia de Direitos

A entidade manteve ainda o projeto **Casa de Acolhida São José**, localizada em Curitiba, no Estado do Paraná.

Também tipificado pela Resolução CNAS 19/2009 o projeto desenvolve o Serviço de Defesa e Garantia de Direitos. Em 2011 foram enumeradas as principais ações neste âmbito pela Resolução CNAS 27/2011.

Possui inscrição no CMAS nº 62 de Curitiba. Atende moradores de rua, ofertando café da manhã, espaço para banho, lavanderia, oficinas e assessoramento de defesa e garantia de direitos. O serviço ofertado visa ainda, incidir na proposição de políticas públicas, realizando a defesa de direitos no viés coletivo.

Número de pessoas atendidas: 1.451 em 2021.

Valor dos Custos do Serviço de Defesa e Garantia de Direitos: R\$ 344.625,66



**Total Geral da Área da Assistência Social: R\$ 6.552.276,51 em 2021.**

### **30. Segregação por atividade operacional**

Atendendo ao disposto na legislação vigente, a entidade mantém a escrituração contábil segregada por área de atuação.

As despesas gerais e administrativas estão apresentadas nos seus respectivos centros de custos e os custos operacionais (educação e assistência social) diretamente nas unidades.

### **31. Isenções e imunidades**

Os valores dos principais benefícios recebidos, no exercício na forma de isenção parcial ou total da contribuição da entidade para o INSS, estão demonstrados a seguir.

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>
Contribuição Previdenciária Patronal	8.901.368,27

### **32. Seguros**

A entidade mantém seus bens móveis e imóveis segurados a valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas e/ou danos.

### **33. Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social**

A entidade possui o Certificado renovado até 31/12/2015. O restante dos processos de renovação está em análise perante o Ministério da Educação – MEC:

Processo sob nº 23000.011741/2015-14 de 01/01/2015 a 31/12/2017;

Processo sob nº 23000.009857/2018-28 de 01/01/2018 a 31/12/2020;

Processo sob nº 23000.018537/2021-64 de 01/01/2021 a 31/12/2023;

Salienta-se que o Certificado encontra-se válido até a conclusão dos processos de análise.



#### **34. Aprovação das Demonstrações Contábeis**

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31/12/2021 e sua divulgação autorizada.

---

**Dirce Edi Kottwitz**

Presidente

CPF 926.334.129-04

---

**Anabel Batim Macan**

Contadora CRCPR 44566/O-8

CPF 022.044.969-44

